

QUINZE ANOS DE GOVERNOS DA FRENTE AMPLA: DA REPÚBLICA DE DOIS PARTIDOS TRADICIONAIS ATÉ A ASCENSÃO DA COALIZÃO DE ESQUERDAS NO URUGUAI.

LANDA, Marina dos Santos¹
SCHULZ, Rosangela Marione²

¹ Universidade Federal de Pelotas – marislanda@gmail.com¹

² Universidade Federal de Pelotas – rosangelaschulz@gmail.com²

1. INTRODUÇÃO

Nesse trabalho concentraremos nossos esforços em compreender o processo de ascensão ao poder da esquerda uruguaia, representada pela vitória eleitoral da coalização de esquerdas, Frente Ampla (FA), à presidência da república em 2005. A conquista nas urnas significa o rompimento de um ciclo de mais de 150 anos de hegemonia entre as duas forças tradicionais da república, isto é, o Partido Nacional (PN) e o Partido Colorado (PC).

No Uruguai encontram-se dois dos mais antigos partidos em atividade da América do Sul: o Partido Nacional e o Partido Colorado. Dessa forma, destaca-se que o país tem toda sua história política perpassada pelo enfrentamento e, por vezes, a consonância de ideias entre os chamados *Blancos* e *Colorados*. De fato, o embate entre as duas forças remete ao início do século XIX e suas formações são anteriores a própria consolidação da primeira constituição uruguaia. (CHASQUETTI; BUQUET, 2004).¹

Até 1958, todas as eleições presidenciais haviam sido vencidas pelo PC, pois sua força na capital prevalecia. Já o PN ocupava posições de destaque no nível parlamentar e no nível departamental. A partir da segunda metade do século inicia-se a alternância de poder entre *blancos* e *colorados*, perdurando durante todo o século XX, a ponto de a democracia uruguaia funcionar como um consenso entre os dois partidos. A constituição de 1918 reforçou o estabelecimento do bipartidarismo, ao institucionalizar as facções ou tendências (sublegendas) dentro dos partidos, que, ao mesmo tempo, servia para frear o multipartidarismo, mantendo o poder concentrado na mão dos dois partidos tradicionais.

Se trata de una compleja estructura institucional que permite la convivencia de varias tendencias al interior de los dos partidos tradicionales – sin quebrar el bipartidismo – generando de esa forma agrupamientos que ayudaban a mantener la diversidad en un contexto propicio para la gobernabilidad (GUTIÉRREZ, p.63, 2012).

Dessa forma, os partidos tradicionais possuíam uma dinâmica interna que os fraccionava no eixo conservador-progressista. Nessa conjuntura, não havia espaço para o fortalecimento de partidos menores. A política institucional estava fortemente atrelada ao sólido sistema bipartidário, que sustentou a democracia uruguaia até o final dos anos de 1960.

¹ A divisão espacial e econômica do país desempenhou papel fundamental para demarcar a força de cada partido. No interior do país o Partido Blanco (ou Nacional) era a força política predominante, enquanto na capital, Montevideu, e nos pequenos centros urbanos prevalecia o domínio do Partido Colorado.

Em 1985 temos a restauração da ordem democrática. Lentamente iniciou-se um crescimento gradativo do eleitorado da Frente Ampla, que apenas em 1984 havia saído da ilegalidade. Gradualmente, a Frente Ampla foi reestruturando-se e ampliando seu eleitorado, tornando-se a terceira força política do país, agindo em oposição ao bloco tradicionalista de centro-direita. O desempenho eleitoral do partido foi crescendo ao ponto que em 1994, PC, PN e FA tiveram votações quase idêntica nas eleições presidenciais.

Em 2005, após novas alternâncias de presidentes afiliados ao PN e PC, pela primeira vez é eleito um presidente da coalizão de Esquerda. Dessa forma, a coligação liderada por Tabaré Vazquez e Nin Vovoa conquistava 50,45% dos votos válidos, tornando-os os primeiros representantes da esquerda a saírem-se vitoriosos em uma eleição nacional. O desempenho a nível executivo foi repetido na Câmara de Representantes, de modo que a FA conquistou maioria parlamentar, dessa forma, conseguiu implementar diversas mudanças que estavam presentes em seu plano de governo. Desde então, a Frente Ampla tem alcançado sucessivas vitórias no nível executivo nacional: em 2010 com José “Pepe” Mujica e Danilo Astori (2010-2015) e em 2015, novamente com Tabaré Vazquez e Raúl Sendic (2015-2020), somando, no final desse ciclo, quinze anos de governo frente amplistas.

Assim sendo, neste trabalho busca-se trabalhar a situação uruguaia. Busca-se apresentar um breve panorama histórico das transformações no sistema partidário e do surgimento da coalizão das esquerdas, bem como sua adaptação à corrida eleitoral ao longo do tempo perante a consolidação do modelo democrático representativo.

2. METODOLOGIA

Para cumprir com os objetivos do trabalho buscou-se fazer uma revisão bibliográfica sobre o sistema político e partidário uruguaio. Apresentaremos um breve panorama da história política do Uruguai, destacando a influência que os partidos tradicionais da república: Partido Colorado (PC) e Partido Nacional (PN) - denominado “Blanco” em sua fundação - tiveram na condução da república e nos rumos democráticos. Também trabalharemos uma literatura especializada na coalizão de esquerdas, Frente Ampla. Dessa forma, pretende-se observar as transformações que o partido passou ao longo do tempo, desde sua fundação até a ascensão do poder em 2005.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Uruguai é um dos únicos países da América Latina caracterizado por conseguir sustentar a imagem de uma democracia sólida e estável. Até a primeira metade do século XX, a imagem do Uruguai em muito se distinguia da imagem de seus vizinhos. De colonização europeia, com pequenas proporções territoriais e população bastante homogeneizada, o país caracterizava-se pela competição social e ascensão econômica, resultado da substituição do modelo agroexportador pelo fortalecimento da indústria local.

Além disso, o Uruguai, durante a etapa *Batllista*, consolidou sua democracia e alcançou altos níveis de bem-estar. Em comparação com seus vizinhos latinos, também foi o primeiro a consolidar uma legislação mais avançada assegurando os direitos trabalhistas e sociais. “Este sistema debe inscribirse en el proyecto modernizador de comienzos de siglo, que cuenta entre

sus antecedentes la reforma de la educación de 1877 que universalizó el acceso a una enseñanza laica, gratuita y obligatoria” (MOREIRA, p, 100, 1994).

Com o esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado na industrialização e a ruína do modelo de bem-estar social desenvolvido ao longo das décadas de 1940 e 1950, a prosperidade cede lugar para a crise econômica e social. O congelamento de salários e do dólar, a inflação, as altas taxas de desemprego somado ao descontentamento de diversos setores econômicos e grupos sociais marginalizados deixaram explícita a incapacidade dos mecanismos consensuais e das práticas clientelísticas para encontrar soluções para a crise. A se ver diante dos diversos problemas o governo adotou práticas repressoras e autoritárias, que tiveram seu auge em 1968, com diversas mortes de jovens ligados ao movimento estudantil.

É nesse contexto que em 1971 surge o programa fundacional da FA, resultante de uma coalizão de diversas esquerdas. Em sua fundação a FA congregava visões distintas e/de concepções socialista, desde reformistas até revolucionárias. Assim, haviam setores orientados pela visão desenvolvimentista, entusiastas da teoria da dependência, assim como os setores que acreditavam que a solução seria por um viés radical socialista, de superação da sociedade de classes.

Entretanto, desde a sua fundação, a FA vem passando por um processo de amadurecimento e adaptação em relação ao conteúdo do seu programa partidário original e em relação ao seu próprio entendimento e aceitação do modelo democrático representativo. Adolfo Garcé e Jaime Yallé (2004) apontam para uma transição paradigmática iniciada em 1984, a qual vem a ser concluída dez anos depois. A grande influência do ideal socialista, o discurso marxista, inspirado pela revolução cubana e o pensamento libertário, marca do movimento operário da década de 1920 e 1930, gradativamente vão dando perdendo espaço, de modo que a partir dos anos 90 o partido adota tons mais moderados, com o intuito de aumentar o número de alianças e seu contingente eleitoral. De fato, o horizonte socialista torna-se cada vez mais distante, cedendo lugar ao discurso democrático.

O socialismo não estaria mais na ordem do dia, sendo entendido agora como meta longínqua ou utópica. Com tudo isso, para Garcé e Yaffé (2005), pode-se dizer que teria se inaugurado a fase do “progressismo” nas esquerdas uruguaias. O que se propõe agora são o aprofundamento da democracia, justiça social e um capitalismo “a sério”. Mantém-se a essência da identidade frenteamplista – igualdade, justiça e solidariedade social –, mas ela se manifesta agora num programa e numa estratégia distintos dos originais. Todas essas transformações teriam sido motivadas por diversos fatores, tais como a ditadura, o colapso das experiências socialistas e a crise do marxismo, a experiência administrativa em Montevideu e a “tradicionalização” e a configuração do que é denominada uma “família frenteamplista”. (PEREIRA, p.42, 2011)

A estratégia deu certo, o partido foi ganhando espaço na política institucional desde 1990, quando conquistou a Intendência de Montevideu – maior colégio eleitoral e capital do país. A experiência no governo municipal, serviu como uma “vitrine” eleitoral, e mostrou a capacidade de um partido de esquerda como gestor público - capacidade questionada por amplos setores políticos tradicionais -. Assim, paulatinamente, o cenário foi ficando mais favorável, e o partido foi conquistando espaço em um país até então marcado pelo bipartidarismo. (CABRAL, 2007). Outro aspecto importante é o aprofundamento

da crise política e econômica vivenciada pelos uruguaios nos anos de 1990 e início dos anos 2000. Nesse sentido, a FA se mostrou como uma saída alternativa, uma resposta viável aos problemas enfrentados pelo país a partir da adoção de medidas neoliberais aplicada pelos partidos tradicionais.

4. CONCLUSÕES

Desde modo, no despertar dos anos 2000 vemos a FA despontando como a principal força política de oposição no país. Os profundos debates, cisões e novas percepções quanto ao jogo eleitoral permitiram a FA um crescimento na arena eleitoral. Além dos seus eleitores tradicionais, o discurso renovado permitiu ao partido captar votantes descontentes com os partidos tradicionais - principalmente os eleitores de centro-direita. “Visto que o novo discurso renovado não representava mais a proposta de profundas transformações estruturais e sim, a incorporação da Frente Ampla ao jogo político da democracia liberal” (CABRAL, p.135, 2007).

De fato, concorda-se com todos os autores citados até aqui. A crise vivenciada a partir da década de 1980 abriu uma janela de oportunidades políticas para a esquerda progressista uruguaia. A partir de uma inflexão e renovação, esta soube aproveitar-se do momento para ampliar sua base eleitoral e, pela via eleitoral, instituir seu projeto de governo. Isso acaba não sendo uma novidade em sua totalidade, uma vez que o próprio programa fundacional da Frente Ampla também surge em um cenário de crise, contudo, a partir dos anos 1990 o partido consegue captar a contextualização social e econômica com as regras do jogo partidário, o que certamente é um diferencial para ter chego ao poder.

Por fim, o partido caminha para a conclusão do terceiro mandato frente a presidência da república. Ao longo desses mais de 13 anos, muitas transformações e projetos foram implementados, de modo que tem conseguido implementar diversas mudanças que estavam presentes em seu plano de governo. Dentre estas podemos destacar a criação do MIDES (Ministério de Desenvolvimento Social), o programa de descentralização política e participação cidadã, a legalização do cultivo e do comércio da Cannabis, a descriminalização do aborto e a regulamentação do casamento homoafetivo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CABRAL, José Pedro. (2007). A esquerda progressista uruguaia: renovação e rupturas. **História**, Unisinos, v.11 - n.1.
- CHASQUETTI Daniel; BUQUET, Daniel (2004), La democracia en Uruguay: una partidocracia de consenso Política. **Revista Política**, Chile, n. 42, p. 221-247.
- CRUZ, Sebastião Velasco e, KAYSEL, André, CODAS, Gustavo (orgs.) (2015). **Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- GARCÉ, Adolfo, YAFFÉ, Jaime (2004). **La Era Progreista**. Montevideu, Fin de Siglo, 146 p.
- PEREIRA, Fabricio (2011). **Vitórias na crise: trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Ponteio. Capítulo 7.
- GUTIÉRREZ, Pablo Valenzuela (2012) Estabilidad presidencial y democracia en Uruguay: una mirada a tres momentos. **Revista Divergencia**. N°1, Ano 1, p. 55-72.
- MOREIRA, Constanza (2000). A esquerda no Uruguai e no Brasil: cultura política e desenvolvimento partidário. **Opinião Pública**. Campinas, v.6, n.1, p.17-54.